

INTRODUÇÃO

Nos estudos de história da família e do casamento no Ocidente cristão tem havido, nas últimas décadas, momentos fulcrais que representam tentativas, não só de conhecimento, mas também de compreensão, quer das formas de vida, quer da organização social das sociedades do passado. Não pretendendo (porque não é esse o nosso objectivo principal) fazer aqui uma síntese - ou mesmo o estado da questão - dos trabalhos sobre a família e o casamento na Península Ibérica desde os fins da Idade Média até ao século XVII inclusivamente, procuraremos estudar o casamento - mais o "estado" que a instituição, privilegiando a construção da imagem que dele foi sendo feita ou refeita¹ - nesse período, acentuando algumas dimensões que a literatura moral, didáctica e religiosa dessa época permite captar. Tentaremos, naturalmente, compreendê-lo na sua inserção num complexo de textos doutrinários, culturais e sociais e, conseqüentemente, de condicionantes e funções que lhe estavam na base e o ajudaram a definir², mas preocupar-nos-á, sobretudo, explorar os modos de

¹ Como dissemos na nota prévia, neste estudo sobre o casamento na Península Ibérica desde os meados do século XV até aos fins do século XVII serão privilegiados não tanto os aspectos legislativos e institucionais (nomeadamente os que se prendem com a formação da união matrimonial) - que, obviamente, teremos em conta -, mas, sobretudo, a relação do "estado" com as imagens e as representações que dele foram sendo construídas e que se revelaram particularmente importantes na sua evolução posterior. Salvo indicação em contrário, é nesta perspectiva que utilizaremos o conceito de casamento. Teremos também em conta a diferenciação destas duas "faces" do matrimónio realçada por alguns estudos, de que salientamos os de L. GODEFROY e G. LE BRAS, art. "Mariage", *Dictionnaire de Théologie Catholique*, Paris, 1927, vol. IX, 2044-2272; de G. JOYCE, *Christian Marriage. An Historical and Doctrinal Study*, 2ª, Londres, 1948; de E. C. SCHILLEBEECKX, *Marriage: Secular Reality and Saving Mystery* (trad), Londres, 1965; de J. GAUDEMET, *Le Mariage en Occident. Les Moeurs et le Droit*, Paris, 1987.

² Muitos estudos das últimas décadas, nomeadamente no âmbito da História, da Antropologia, da Sociologia, têm contribuído grandemente - desde perspectivas distintas - para um franco enriquecimento dos conhecimentos sobre a história da família. Para uma visão global dos estudos históricos sobre o casamento e a família, veja-se a bibliografia, necessariamente incompleta, elaborada há já alguns anos por J. GAUDEMET e M. ZIMMERMANN, a "Bibliographie Internationale d'Histoire du Mariage" in J. GAUDEMET, *Sociétés et Mariage*, Strasbourg, 1980, 454-477. Entre as publicações que possibilitam uma visão de conjunto deste domínio numa perspectiva histórica, salientamos P. LASLETT e R. WALL (eds.), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, 1972; R. WALL (ed.), *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge, 1983; M.

representação do casamento e da vida conjugal - conseqüentemente, também da família - que visavam determinar, reforçar, orientar ou modificar comportamentos morais e sociais desses séculos.

Mesmo sem esquecer os problemas que, sobretudo para este período, se relacionam com a definição de família, de grupo social e, conseqüentemente, de casamento³ - e muitos deles continuam sem resposta definitiva ou clara -, pensamos ser importante desenvolver estudos que permitam uma melhor compreensão e, logo, um mais profundo conhecimento de dimensões como a afetividade, o amor conjugal, a vida religiosa e espiritual das "famílias" e, em especial, dos casados, dimensões essas que permitirão um olhar diferente sobre a vida matrimonial e familiar desse período histórico.

ANDERSON, *Approaches to the History of the Western Family, 1500-1914*, Londres, 1980 (existe tradução portuguesa por A. F. Bastos, Lisboa, 1984). De entre os estudos antropológicos e sociológicos, veja-se M. SEGALIN, *Historical Anthropology of the Family*, Cambridge, 1986 (trad. do francês); J. GOODY, *The Development of the Family and Marriage in Europe*, Cambridge, 1983; H. MEDICK e D. W. SABEAN (eds.), *Interest and Emotion. Essays on the Study of Family and Kinship*, Cambridge/Paris, 1984; T. HAREVEN e A. PLAKANS (eds.), *Family History at the Crossroads*, Princeton, 1987. Apesar da perspectiva diferente aqui utilizada, os trabalhos citados foram tidos em conta sempre que se revelaram sugestivos para este estudo.

³ Como se compreende, os aspectos normativos e legislativos têm sido, tradicionalmente, privilegiados porque permitem aceder ao modo como foram sendo delimitadas as diferentes situações. Mas também são conhecidas as dificuldades e as diversidades - especialmente no período a que nos reportamos - quer da realização do casamento ou dos tipos de casamento (de "bênçãos", de "pública fama"...), quer da organização da vida familiar e doméstica que, com frequência, escapam aos modelos normativos. Estas dificuldades e diversidades têm sido realçadas em diferentes estudos, assim como o papel da legislação canónica e civil ou das práticas consuetudinárias. Veja-se, em particular, o artigo de J. M. TURLAN, "Recherches sur le mariage dans la pratique coutumière (XIIe-XVIIe s.)" in *Revue de Droit Français et Étranger*, 4e série, 35 (1957), 477-528 e o de C. DONAHUE, "The canon law on the formation of marriage and social practice in the later middle ages" in *Journal of Family History* (Summer, 1983), 144-158. Para uma aproximação aos problemas jurídicos e às práticas consuetudinárias do casamento em Portugal na Idade Média, vejam-se, em particular, os artigos de C. de MONCADA, "O casamento em Portugal na Idade Média", incluído nos seus *Estudos de História do Direito* vol. I, Coimbra, 1948, 37-82, e os de P. MEREIA, "Sobre o casamento de juras", in *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, 1937 e "Em torno do casamento de juras" in *Estudos do Direito Hispânico Medieval*, vol. I, Coimbra, 1952. Visões mais amplas e diversificadas destes problemas poder-se-ão encontrar não só no já clássico artigo "Mariage", de L. GODEFROY e G. LE BRAS, no *D.T.C.*, cit. (em parte desenvolvido por G. LE BRAS, "Le mariage dans la théologie et le droit de l'Église du XIe au XIIIe siècle" in *Cahiers de Civilisation Médiévale*, (avril-juin 1968), 191-202), ou na obra de J. DAUVILLIER, *Le Mariage dans le Droit Classique de l'Église (1180-1314)*, Paris, 1933, mas também nos estudos de G. DUBY, *Le Chevalier, la Femme et le Prêtre. Le Mariage dans la France Féodale*, Paris, Hachette, 1981; de J. GOODY, *The Development of the Family*; de R. B. OUTHWAITE (ed.), *Marriage and Society. Studies in the Social History of Marriage*, Londres, 1981; de R. M. SMITH, "Marriage processes in the english past. Some continuities", in L. BONFIELD, R. M. SMITH, K. WRIGHTSON (eds.), *The Worlds We Have Gained*, Oxford, 1986, 43-99; de J. A. BRUNDAGE, *Law, Sex, and Christian Society in Medieval Europe*, Chicago, 1987; de J. GAUDEMET, *Le Mariage en Occident* e de C. N. L. BROOKE, *The Medieval Idea of Marriage*, Oxford, 1989.

Além disso, se algumas questões como a da intervenção da família - especialmente dos pais ou seus substitutos - nos casamentos dos jovens - não apenas dos filhos, mas também dos sobrinhos, dos irmãos, dos primos... - , a idade ao casamento, as incidências do celibato (masculino e feminino), a endogamia, as segundas núpcias, as implicações dos casamentos clandestinos (e a própria definição destes), os problemas jurídicos e culturais ligados ao concubinato e à bigamia (ou poligamia), a viuvez e alguns dos seus problemas, entre outras, têm, desde os mais variados pontos de vista (dada a amplitude dos problemas que colocam ou com que se relacionam), constituído objectos de investigação e estudo, salientando a sua importância na história social, têm também, até pelas dúvidas que persistem, pelas lacunas difíceis ou impossíveis de resolver, deixado em aberto questões que dizem respeito, sobretudo, à história cultural do casamento⁴.

Deste modo, se os casamentos dinásticos foram, durante muito tempo, o objecto principal de atenção e estudo - sobretudo pela sua função política -, outras dimensões da união matrimonial, que não eram apenas as dos interesses aristocráticos, têm vindo a ser questionadas. Lembremos as contribuições não apenas da história do direito (especialmente canónico), da história económica e social mas, principalmente, as interrogações e métodos da antropologia, da sociologia, de algumas correntes da história literária e, sobretudo, da história cultural - a par dos estudos sobre as mulheres - que vieram colocar questões novas⁵, permitindo olhar o casamento e a família desde pontos de vista diversos e multifacetados. Naturalmente, os aprofundamentos vários da história religiosa, nomeadamente o seu progressivo interesse pela espiritualidade dos leigos, vieram sugerir novas interrogações e novas perspectivas, quer sobre a doutrina quer também sobre as práticas do casamento e da vida conjugal, nomeadamente

⁴ Lembremos que, no início dos anos 40, L. FEBVRE lamentava não haver "...une (ou plusieurs) bonnes Histoires du mariage. Je dis, histoires plénières, humaines et vivantes. Car nous avons des constructions juridiques; et des consultations théologiques; et des aperçus sociologiques sur le mariage. Mais d'abord, tous ces savants travaux se relient mal les uns aux autres..." (*Amour Sacré, Amour Profane. Autour de l'Heptaméron*, Paris, 1944, 302). Algumas das mais recentes correntes historiográficas têm tentado, nomeadamente pela via do estudo da "vida privada" e do quotidiano, pela maior abertura aos estudos interdisciplinares, visões mais complexas e multifacetadas das estruturas familiares e da instituição matrimonial desses séculos. Mas muito há ainda a explorar para se compreender toda a complexidade destes fenómenos no seu contexto cultural...

⁵ Vejam-se, além dos estudos já citados nas notas 2 e 3, os trabalhos que, desde perspectivas histórico-literárias, focaram alguns dos problemas matrimoniais da Idade Média e do Renascimento: M. B. ROSE (ed.), *Women in the Middle Ages and the Renaissance. Literary and Historical Perspectives*, Syracuse/New York, 1986; M. W. FERGUSON, M. QUILLIGAN, e N. J. VICKERS (eds), *Rewriting the Renaissance. The Discourses of Sexual Difference in Early Modern Europe*, Chicago, 1986. Ver, ainda, A. REDONDO (ed.), *Amours Légitimes, Amours Illégitimes en Espagne - XVIe-XVIIe Siècles*, Paris, 1985 e Id.(ed.), *Autour des Parentés en Espagne aux XVIe et XVIIe Siècles. Histoire, Mythe et Littérature*, Paris, 1987.

sobre a inserção dos casados na vida religiosa e espiritual desses séculos⁶, aspecto tão pouco estudado quão importante para um conhecimento mais profundo - que rompa a barreira da legislação - do casamento. Não podemos esquecer que a instituição matrimonial foi, durante muitos séculos - e dada a sua qualidade de sacramento - uma das poucas brechas através da qual a espiritualidade cristã foi penetrando, ainda que de um modo pouco sistemático, no mundo dos leigos para os fazer participar dos seus objectivos, para difundir as suas mensagens, para mudar e moldar comportamentos...

Estas diferentes contribuições, ou melhor, as questões levantadas por umas e por outras são particularmente importantes nas *re-leituras* dos textos e fontes históricas. As características gerais do casamento cristão - nomeadamente a indissolubilidade e a monogamia - não são, em si, elementos suficientemente definidores das variadíssimas práticas e representações que as diversas fontes deixam entrever, sobretudo numa área geográfica tão vasta como a do Ocidente cristão.

Além disso, a relevância dos aspectos relacionados com as normas jurídicas, com a concepção de linhagem, as uniões de famílias, a importância e administração do dote, a condição social das mulheres, entre outros que têm sido evidenciados por importantes estudos⁷ - aspectos que não abordaremos aqui,

⁶ Nas últimas décadas, estes aspectos têm vindo a suscitar importantes trabalhos, embora quase todos relativos à época medieval. Um realce especial deverá ser dado não só aos de J. LECLERCQ, nomeadamente à sua obra *Le Mariage vu par les Moines au XIIIe siècle*, Paris, 1982, e ao seu artigo "L'amour et le mariage vus par des clercs et des religieux, spécialement au XIIe siècle", in AA. VV., *Love and Marriage in the Twelfth Century*, Leuven, 1981, 102-115, mas também aos vários estudos de A. VAUCHEZ, em particular o artigo "Beata stirps. Sainteté et lignage aux derniers siècles du Moyen Age", in J. LE GOFF e G. DUBY (eds.) *Famille et Parenté dans l'Occident Médiéval*, Roma, 1977, 397-407, retomado in A. VAUCHEZ, *La Sainteté en Occident aux Derniers Siècles du Moyen Age*, Roma, 1981, 209-214; Id., *La Espiritualidad del Occidente Medieval (siglos VIII-XII)* (trad. do francês), Madrid, 1985; Id., *Les laics au Moyen Age. Pratiques et Expériences Religieuses*, Paris, 1987. Em todos estes trabalhos, este historiador da espiritualidade medieval dedica uma atenção especial ao problema da religiosidade dos leigos, nomeadamente os casados. Igualmente sugestivo continua o estudo de H. RONDET, *Introduction à l'Étude de la Théologie du Mariage. Théologie, Pastorale et Spiritualité*, (Recherches et Synthèses, 6), Paris, 1960. Mais específico é o artigo de J. V. POLC, "Vita coniugale e comunione quotidiana dei laici. Questione disputata a Praga alla fine del sec.XIV" in *Lateranum*, XLII, n.1 (1976), 203-238.

⁷ A variedade de aspectos e problemas corresponde, de certa forma, uma variedade de estudos, pelo que a sua enunciação se tornaria, aqui, prolixa. Vários desses estudos (alguns dos quais já citados) irão sendo referidos e utilizados ao longo deste trabalho, aquando das alusões ou eventual tratamento específico de cada aspecto. Remetemos, contudo, e desde já, para alguns dos trabalhos mais importantes que, desde a perspectiva da História do Direito e, em especial, do Direito Canónico, decisivo em matéria matrimonial, se apresentam como pontos de referência importantes. Assim, realçamos o estudo clássico de A. ESMEIN, *Le Mariage en Droit Canonique*, 2ª ed. actualizada por R. GÉNESTAL et J. DAUVILIER, Paris, 1929-1935, 2 vols.; M. SHEEHAN, C.S.B., "The formation and stability of marriage in Fourteenth-Century England: evidence of the Ely Register", in *Medieval Studies*, 33 (1971), 228-263 e Id., "Choice of marriage partner in the middle ages: development and mode of application of a theory of marriage" in *Studies in Medieval and Renaissance History*, I (1978), 2-33; D. HERLIHY, "The making of the medieval family:

mas que, dada a sua importância a vários níveis, teremos presentes ou evocaremos sempre que tal se justifique - não pode ocultar outras dimensões, outros aspectos, talvez menos evidentes ou imediatamente referenciáveis (ou não quantificáveis), mas igualmente importantes para a compreensão da instituição e da vida matrimonial. Salientamos os que dizem respeito às relações entre os grupos sociais e os níveis culturais, à articulação do governo da casa com a relação masculino/feminino, ao relacionamento dos casados entre si (desde o económico ao pessoal) e com as respectivas famílias, ao lugar da criança nas preocupações não só de ordem familiar e patrimonial, mas também sentimental e educativa, ao universo simultaneamente familiar (em alguns casos social) e individual das mulheres, à influência do religioso e as aspirações espirituais dos casados, etc.

Nesta linha de problemas, que têm merecido uma atenção acentuadamente menor, colocam-se alguns mais específicos, como o da articulação entre a "imposição" paterna e o reconhecimento pelo Direito Canónico do casamento consensual; o da motivação - das motivações - dos casamentos clandestinos, o da vida privada dos casados - que não é, obviamente, apenas o da sexualidade -; o da relação entre a moral cristã e a moral conjugal; o da relação entre as práticas religiosas e espirituais e as obrigações do cumprimento dos deveres conjugais e familiares; o da relação afectiva dos esposos entre si e com os filhos; enfim, ou antes de mais, a oposição virgindade/casamento...

Todos estes aspectos que, por seu turno, se relacionam intimamente com o jogo das práticas e das representações culturais⁸, tendo sido, por vezes, objecto de estudo - quase sempre parcelar ou muito específico -, necessitam ainda de pesquisas mais aprofundadas e pormenorizadas - que não só a busca do documento inédito - no sentido de lhes procurar a importância que verdadeiramente podem ter tido.

Assim, se, como dissemos mais atrás, no que diz respeito às formas de vida e comportamento social da nobreza - ou de alguns senhores -, à sua ideologia e mesmo a algumas das suas representações⁹, e de alguns grupos sociais mais próximos dela, muito se vai sabendo, também é verdade que, para além do óbvio e, logo, do tópico, muito pouco ainda se conhece, apesar de tudo, das suas preocupações íntimas, dos seus anseios pessoais, das suas práticas

simmetry, structure, and sentiment", in *Journal of Family History* (Summer 1983), 116-130; cf. igualmente, para uma visão mais ampla, J. GAUDEMET, *Sociétés et Mariage* e Id. *Le Mariage en Occident*.

⁸ Sobre estes aspectos continuam fundamentais os trabalhos de N. ELIAS, *La Civilisation des Moeurs* (trad. do alemão), Paris, 1973 e Id., *La Société de Cour*, Paris, 1985; R. CHARTIER, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, 1988.

⁹ Para Portugal, merecem um destaque especial os trabalhos de J. MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, 1981 e *Identificação de um País*, Lisboa, 1985, 2 vols.

religiosas e espirituais, dos seus sentimentos, da "sinceridade" das suas atitudes...¹⁰

E se tentarmos penetrar nos grupos sociais menos influentes e menos prestigiados, dos quais pouco mais do que o silêncio tem chegado até nós, quantas dúvidas e quantas interrogações sem resposta... Quais as suas concepções de casamento? Que representava este nas suas vidas e nas suas opções? Quais os seus sentimentos e como influíam no seu quotidiano? Quais os seus hábitos religiosos e práticas espirituais? Como eram orientados? Como os conjugavam com as exigências da sua vida social?

Estas perguntas, apesar de já muitas vezes feitas - e muitas permanecerão sem resposta -, orientaram e continuarão a orientar as pesquisas aqui pretendidas. Há, conseqüentemente, que continuar a *re-ler* os textos, sejam eles de natureza jurídica, institucional, política, moral, religiosa ou literária; há que interrogá-los (na sua especificidade e na relação eventual que tenham, ou possam ter, entre si); há que compará-los, há ainda que continuar a procurá-los e, porque não, interrogar também os silêncios e as omissões¹¹.

De facto, apesar dos muitos progressos já feitos na investigação histórica, e independentemente das lacunas que continuarão a existir, têm sido pouco explorados certos tipos de fontes pouco "evidentes", mas em que o tema do casamento, nas suas múltiplas facetas, surge ou é mesmo determinante.

Essas fontes¹², que não apenas as legislativas, normativas e as que focam explicitamente o problema (casamento, mulher, celibato..), são, de facto,

¹⁰ Daí a actualidade, passado quase meio século, da proposta de L. FEBVRE acima citada da elaboração de "une (ou plusieurs) bonnes Histoires du mariage", mas "histoires plénières, humaines et vivantes" (*Amour Sacré*, 302). Mas daí também a dificuldade de o conseguir, quando as fontes são parciais ou escassas sob alguns pontos de vista, quando faltam estudos e monografias mais precisas, nomeadamente para o período aqui em estudo e num âmbito em que se entrecruza, como referiu C. BROOKE, "A Catena of Disciplines" (*The Medieval Idea of Marriage*, esp. 1-20).

¹¹ É, aliás, significativo que os silêncios não sejam os mesmos ou em grau idêntico em todos os tempos. Além disso, muitos silêncios poderão ter especial interesse cultural se se puserem em contraste com momentos particulares de afirmação. Refira-se, a título de exemplo, o problema dos casamentos clandestinos - polémico em alguns períodos, quase silenciado em outros -, ou o da afirmação/negação (contrapostos ao silêncio) do poder de intervenção paterna ou familiar na decisão do casamento. Cf. B. GOTTLIEB, "The meaning of clandestine marriage" in R. WHEATON e T. K. HAREVEN (eds.), *Family and Sexuality in French History*, Philadelphia, 1980, 49-83.

¹² Entendemos aqui por "fontes" todos os "textos" ou factos produzidos num dado momento histórico, que sejam testemunhos, aos mais variados níveis, do pensamento, das atitudes, do viver social e cultural das gentes de então. Lembremos as ainda pertinentes e sugestivas palavras de L. FEBVRE nos *Combates pela História*, Lisboa, 1977, I, 31-32): "...Os textos, sim: mas são textos humanos. E as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana. E todos têm a sua história, soam diferentemente segundo as épocas, e mesmo se designam objectos materiais só raramente significam realidades idênticas, qualidades iguais ou equivalentes. Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos(...). Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de

múltiplas: desde as obras de espiritualidade até aos tratados ascético-morais; das obras *ad status* como alguns sermões, os espelhos de príncipes, de senhores, de religiosos, os manuais para confessores e pregadores e mesmo os catecismos, até às crónicas e relações de festas de casamento; das vidas de santos e/ou pessoas ilustres ou exemplares até às cartas ou epístolas várias, passando pelos provérbios e outros textos ditos "menores". Enfim, ou antes de mais, os "espelhos de casados", que nos abrem o caminho para termos acesso, simultaneamente, à especificidade da espiritualidade do casamento e à sua relação ou contextualização na espiritualidade cristã desses séculos.

Estas fontes - doutrinárias, morais, pedagógicas... - constituem um vasto e diversificado conjunto de registos em que o casamento, de forma mais ou menos evidente ou preponderante, surge, com frequência, tratado, implicitamente ou por alusão, quando não motivador... Não esqueçamos que muitas destas obras, nomeadamente as que tinham intuítos catequéticos e pedagógicos, tiveram entre os seus objectivos principais o de contribuir, socorrendo-se de métodos e retórica próprios, para a divulgação e aceitação das normas canónicas e dos princípios doutrinários, o que, no caso do matrimónio, se traduziu não só na definição e institucionalização de uma teologia sacramental do matrimónio¹³, mas também na criação e aprofundamento de uma espiritualidade, se não própria, pelo menos adaptável aos casados, como tentaremos mostrar.

Naturalmente, o facto de todas estas "fontes" terem sido produzidas em contextos históricos e culturais diferenciados e particulares obrigar-nos-á a ter em conta ou mesmo a salientar os seus objectivos (morais, políticos, religiosos, pedagógicos, literários...), o público visado ou o público "real", as suas características internas (género literário escolhido, influências...), o seu êxito editorial (manuscrito ou impresso), a sua maior ou menor receptividade - tendo, obviamente, em conta as contingências da sua produção e das suas intencionalidades.

pensamento e de acção em potência... Os textos, evidentemente: mas não apenas os textos. Também os documentos, sejam de que natureza forem (...) A história que se edifica, sem exclusão, com tudo o que o engenho dos homens pode inventar e combinar para suprir o silêncio dos textos, os estragos do esquecimento...". Diferentes trabalhos de historiadores da cultura têm contribuído para uma redefinição das fontes históricas enquanto objectos culturais, procurando elaborar modos de análise que permitam explorar a especificidade dos diferentes tipos de fontes. De entre os trabalhos recentes mais significativos, veja-se, por exemplo, N. Z. DAVIS, *Pour Sauver sa Vie. Les Récits de Pardon au XVIe Siècle* (trad.), Paris, 1987; R. CHARTIER, *A História Cultural.*; D. LA CAPRA, *Rethinking Intellectual History*, Ithaca, 1983; Id., *History and Criticism*, Ithaca, 1985; Id., *History, Politics and the Novel*, Ithaca, 1987. Vejam-se, ainda, os ensaios reunidos em H. A. VEESER, *The New Historicism*, New York, 1989.

¹³ Este aspecto foi realçado por P. TOUBERT no seu importante artigo "La théorie du mariage chez les moralistes carolingiens", in *Il Matrimonio nella Società Altomedievale* (Actas), Spoleto, 1977, I, esp. 265-266.

Deste modo, a elaboração do método conduziu, igualmente, à delimitação do objecto com vista a uma leitura o mais possível coerente, embora necessariamente multifacetada, dos diferentes textos.

Ao termo-nos proposto estudar o casamento nos séculos XVI e XVII na Península Ibérica desde a perspectiva da história da cultura, privilegiando a sua vertente da história da espiritualidade, visávamos, precisamente, a abordagem de uma dimensão pouco tratada na Península Ibérica¹⁴ e, sobretudo, em Portugal, mas de uma importância que, esperamos poder demonstrá-lo, não só não é menor, como determina a compreensão de muitos outros aspectos de ordem moral, social e, mesmo, literária. Daí que, como já dissemos, não tenhamos incluído nesta fase do trabalho o estudo das fontes mais propriamente literárias - teatro, novela, poesia... - porque se reportam a contextos, ideias, debates, realidades que é necessário situar previamente, sob pena de se simplificar ou adulterar o seu significado. Ou de fornecer interpretações que uma contextualização epocal pode fazer ruir...

Do mesmo modo, cremos não ser correcto falar-se de doutrina do casamento na Península Ibérica reportando-nos apenas a algumas obras especificamente dedicadas ao problema. Este é visivelmente mais complexo e envolve, como tentaremos mostrar neste trabalho, matizes e aspectos de âmbito bem mais amplo e com implicações a vários níveis. Esses textos, dos quais muitos se inserem num vasto grupo de obras morais *ad status*, não têm qualquer significado se deslocadas dele ou se vistas apenas nas relações literárias entre si. O(s) modelo(s) de vida familiar e conjugal que veiculam não pode(m), naturalmente, ser visto(s) separada ou independentemente dos modelos de vida religiosa (tantas vezes produzidos, uns e outros, pelos mesmos autores).

Além disso, a concepção doutrinariamente generalizada durante a Idade Média e ainda nos começos do século XVI (embora rapidamente polémica) da preeminência da vida religiosa sobre a vida secular laica marca, decisiva e polemicamente, a atribuição de inferioridade ao casamento em relação não apenas à virgindade e ao celibato, como também à viuvez. É tendo em conta este enfoque específico e básico, que muitas vezes tem levado a generalizações e simplificações pouco correctas, que exploraremos preferentemente a dimensão da espiritualidade do casamento, nomeadamente no que ela significou e no que

¹⁴ Sobre este aspecto, poucos têm sido os avanços em relação ao que escreveu M. BATAILLON na obra *Erasmus y España*, Mexico, 1950 (reimp. e acres. *ibid.*, 1979 - edição que aqui utilizaremos), bem como no seu importante artigo "Cervantes et le mariage chrétien" in *Bulletin Hispanique*, XLIX (1947), n.2, 129-144.; também A. REDONDO dedicou uma parte de um capítulo a alguns aspectos deste tema na sua obra *Antonio de Guevara(1480?-1545) et l'Espagne de son Temps. De la carrière officielle aux oeuvres politico-morales*, Genève, 1976, esp. 622-39. Mais recentemente, alguns trabalhos têm dedicado alguma importância ao problema, mas desde pontos de vista marcados por outros objectivos, como o de J. L. SÁNCHEZ LORA, *Mujeres, Conventos y Formas de la Religiosidad Barroca*, Madrid, 1988, 39-95 ou os artigos reunidos por A. MUÑOZ FERNÁNDEZ, *Las Mujeres en el Cristianismo Medieval*, Madrid, 1989.

interferiu na concepção de vida terrena e nas possibilidades de salvação que se reconheciam aos casados - ou que estes esperavam e desejavam.

Embora sem negar a pertinência das diferenciações entre espiritualidade familiar e espiritualidade conjugal¹⁵, parece-nos importante notar que a busca de compreensão da concepção do casamento cristão - bem como a sua definição - nos inícios da Idade Moderna passa pela percepção da espiritualidade matrimonial que subjaz a muitas perspectivas e muitas polémicas¹⁶, sem as quais muitas obras e a própria evolução da concepção - das concepções - do casamento e da família não teriam o mesmo sentido.

Num livro clássico - ainda que cada vez mais discutível - sobre a criança e a vida familiar no Antigo Regime, Philippe Ariès afirmava que, durante a Idade Média, o sacramento do matrimónio não conferiu, de facto, um carácter "sagrado", espiritual, ao casamento, tendo este permanecido, fundamentalmente, um contrato. Em grande medida porque "...ce n'était pas dans la vie laïque que l'homme pouvait se sanctifier...". Na sua perspectiva, "...Il fallut attendre la fin du XVIe siècle, le temps de la philothée de saint François de Sales ou, au XVIIe siècle, l'exemple des messieurs de Port-Royal, et plus généralement de tous ces laïcs engagés dans les hautes activités religieuses, théologiques, spirituelles, mystiques, pour qu'on admit la possibilité d'une sanctification en dehors de la vocation religieuse, dans la pratique des devoirs d'état"¹⁷.

Antes de comentar esta passagem - de que, em parte, discordamos -, colocaremos algumas questões prévias que nem sempre têm tido tratamento sistemático, mas que, do nosso ponto de vista, se afiguram fundamentais. Qual a relação entre a concepção, por parte da Igreja, do sacramento do matrimónio e o seu "ideal" de santidade? Qual a importância e repercussões do reconhecimento ou atribuição de sacramentalidade a esse contrato? Qual a relação da posição oficial da Igreja relativamente ao sacramento do matrimónio com a posição de alguns dos seus teólogos e canonistas? Quais as diferenças teóricas e legislativas na posição daquela antes e depois do Concílio de Trento? Como se revelaram

¹⁵ Reportamo-nos, no essencial, à distinção feita pelo autor do art. "Famille" do *Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique*, s. v., col. 61 e 70.

¹⁶ As mais importantes, como teremos ocasião de sublinhar na primeira parte deste trabalho, foram protagonizadas, sobretudo, por ERASMO. Para uma visão global, apesar de discutível, de algumas dessas polémicas, veja-se a obra de É. TELLE, *Érasme de Rotterdam et le Septième Sacrement. Étude de l'Évangélisme Matrimonial au XVIe Siècle et Contribution à la Biographie Intellectuelle d'Érasme*, Genève, 1954; cf. *infra*, esp. cap. I.

¹⁷ P. ARIÈS, *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, 1973, III Parte, cap. I, 240-1. Mas esta perspectiva havia já sido sugerida, em termos muito semelhantes, por L. FEBVRE, *Amour Sacré, Amour Profane*, esp. 304-5. Este autor afirmara mesmo que "le mariage, en ce début du XVIe siècle, demande impérieusement à être revalorisé. Il manque de prestige. Et c'est avant tout la faute de l'Église. A ses yeux, il porte lourdement la peine d'être une oeuvre de chair. Et les yeux de l'Église, ce sont les yeux de tous... Non, en vérité, le climat du mariage, son climat moral et religieux, n'était pas excellent" (*Amour Sacré*, 314-15).

essas "diferenças"? Quando começaram elas a ter peso na realidade? Quando e de que modo foram elas "adoptadas" e veiculadas pela literatura moral e religiosa?

De facto, como tentaremos mostrar na resposta progressiva a algumas destas questões, que consideramos fundamentais, o problema da espiritualidade do casamento e da "santificação" dos casados havia-se posto mais cedo do que sugeriu Philippe Ariès. Nomeadamente - ou sobretudo? - na Península Ibérica. Talvez nem sempre tão clara e expressamente como o fez S. Francisco de Sales, mas, sobretudo, em casos específicos, em momentos determinados, perante situações exemplares ou como sugestão discreta, dada a clareza do pressuposto teórico da superioridade do "estado" de virgindade sobre o do casamento. Contudo, o problema não era muito claro e, sobretudo, não era de tratamento fácil. As brechas e os silêncios do Texto Sagrado, as interpretações nem sempre coincidentes, a valorização de uns aspectos em detrimento de outros por parte dos Padres e Doutores da Igreja, para além da(s) perspectiva(s) dos canonistas¹⁸, nem sempre originaram soluções pacíficas e unívocas. Uma das questões residia, precisamente, na contradição entre a "inferioridade" espiritual do casamento e a sua qualidade de sacramento. Mas, sendo um sacramento, como podia ser "inferior"?¹⁹

Nesta contradição - apresentada quase sempre como aparente - se apoiaram muitas das polémicas, durante a Idade Média e, ainda, na primeira metade do séc. XVI, acompanhadas da tentativa, por parte de vários teólogos e moralistas, de, não abdicando do necessário estatuto excepcional e exemplar da virgindade e do celibato religioso, valorizar a instituição matrimonial, nomeadamente através da exaltação e do reconhecimento do prestígio dos seus "bens", entre eles a procriação.

Por outro lado, os necessários compromissos entre a Igreja e a sociedade, nomeadamente a nobreza, nem sempre conseguiam resolver as muitas diferenças, teóricas e práticas, resultantes de concepções de casamento e vida conjugal cujos princípios não eram os mesmos - entre eles o da consensualidade (directamente dependente da sacramentalidade), o da fidelidade conjugal, nomeadamente masculina, básicos para a perspectiva da Igreja, mas

¹⁸ Sobre este aspecto, veja-se, além do estudo clássico de ESMEIN, *Le Mariage en Droit Canonique* e de J. DAUVILLIER, *Le Mariage dans le Droit classique*, o trabalho fundamental de J. A. BRUNDAGE, *Law, Sex, and Christian Society*.

¹⁹ Este é, de facto, um problema básico para a compreensão das muitas contradições nas perspectivas sobre a vida matrimonial ao longo da Idade Média e no Renascimento, o que passa pela valorização da perspectiva de cada autor, de cada teólogo e religioso e não pela generalização redutora de uma perspectiva negativa por parte da Igreja. Sob este ponto de vista é especialmente importante a obra de J. LECLERCQ, *Le Mariage vu par les moines au XIIIe siècle*, bem assim como alguns artigos seus que ajudam a completar as contribuições deste livro, em particular "L'amour et le mariage"; veja-se, igualmente, o estudo mais específico de J. F. QUINN, C.S.B., "Saint Bonaventure and the sacrament of Matrimony", in *Franciscan Studies*, 34 (1974), 101-143.

absolutamente supérfluos nas estratégias da nobreza. Por tudo isto, será necessário ter em conta os *momentos* de formação ou aprofundamento da doutrina e espiritualidade do casamento, assim como da sua "difusão" e "apropriação", momentos esses particularmente importantes não só pelo valor histórico em si, mas sobretudo pelas suas motivações, pelas suas causas, relações e consequências (como é o caso, concretamente, dos respectivos debates no Concílio de Trento). Necessariamente, o problema - e a concepção - do casamento/sacramento antes e depois do Concílio de Trento não pode ser visto da mesma forma, nem os textos matrimoniais podem ser lidos do mesmo modo²⁰.

Não significam algumas decisões do Concílio de Trento, como é bem sabido, uma alteração imediata dos hábitos matrimoniais, nas suas mais variadas dimensões. Mas a assumpção oficial, por parte do topo da hierarquia da Igreja, de um dogma do casamento cristão viria a ter, em alguns casos mais rapidamente do que em outros, consequências não só na doutrina e espiritualidade do casamento, como, sobretudo e consequentemente, na sua orientação pastoral e catequizante, e na própria reformulação, a longo prazo, de alguns dos princípios básicos, como o da absoluta superioridade da virgindade e celibato religioso. A solene afirmação da sacramentalidade do matrimónio criava uma relação do homem com o divino que viria a ser, ainda que de um modo lento, forçosamente diferenciada e mais rica.

As contradições atrás referidas, para além das que existiam dentro de cada uma dessas perspectivas, marcaram, em muitos momentos, não só os choques e as polémicas teóricas, mas também a própria evolução da(s) doutrina(s), da espiritualidade e da "moralidade" do casamento. Por seu turno, a força dos hábitos e costumes, nem sempre coincidentes - quando não divergentes - com os modelos e com os exemplos que se pretendiam impor, era, muitas vezes, mais forte que os princípios, mais determinante que a norma e mais condicionante que os valores e, consequentemente, de alteração difícil, por mais graves que fossem as penas, os castigos, enfim, a força da legislação tanto canónica como civil. Daí a multiplicação notoriamente crescente dos textos catequéticos, também sobre o casamento e a vida conjugal, das obras didáctico-morais, dos tratados pedagógicos, dos "espelhos", das "cartas" e "guias" de casados...

Ariès, Philippe, 9

Sales, 9

Sales, S. Francisco de, 9

²⁰ É este um dos aspectos que pretendemos mostrar, desde logo, com a divisão de base cronológica deste trabalho.